

ENSINANDO HISTÓRIA E DISSEMINANDO ESTEREÓTIPOS: OS JANÍZAROS DO GRANDE TURCO EM COMPÊNDIOS DO SÉCULO XIX

TEACHING HISTORY AND SPREADING STEREOTYPES: THE JANISSARIES OF THE GREAT TURK AS VIEWED BY 19TH CENTURY TEXTBOOKS

José Henrique Rollo*
zrollo@uol.com.br

RESUMO: Uma análise da presença dos Janízaros, os escravos-soldados do Império Otomano, em alguns manuais de história utilizados em escolas europeias e americanas durante o século XIX mostra nexos interessantes entre valores políticos, crenças morais, estereótipos e a escrita/ensino da história dos povos orientais. O artigo explora brevemente alguns desses nexos, principalmente, como os autores conectaram suas exposições dos Janízaros com (a) o culto ao modelo idealizado de família cristã ocidental; (b) a imagem dos governos orientais como Despotismos; (c) a valorização do patriotismo e da lealdade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de história, Império Otomano, Janízaros.

ABSTRACT: An analysis of the presence of Janissaries, the Ottoman Empire's slave-soldiers, in some history textbooks used at European and American schools during the nineteenth century shows some interesting nexus between political values, moral beliefs, stereotypes, and the writing/teaching of history of Eastern peoples. The article explores briefly some of these nexus, mainly, how the authors connected their exposition of Janissaries life with (a) the cult of Western Christian idealized family model; (b) the image of Eastern governments as Despotisms; (c) the valorization of patriotism and national loyalty.

KEYWORDS: History textbooks, Ottoman Empire, Janissaries.

Introdução

Desde as décadas finais do século XVIII, historiadores orientalistas vêm tratando das origens e das principais características dos escravos-soldados, grupos sociais que compuseram um dos fatores de originalidade dos Estados Islâmicos até o início da Época Contemporânea (BOSWORTH, 1995; DELACAMPAGNE, 2013). Como seria de se esperar, as atenções foram centradas, por muito tempo, nos que mais se relacionaram com a Europa, a saber, os *janízaros* do Império Otomano. Esse corpo militar – formado inicialmente por jovens originários de aldeias cristãs dos Bálcãs, convertidos ao Islã e treinados para o serviço nas armas – derrotou numerosas vezes os soldados de monarquias e repúblicas europeias até o último quartel do século XVII. Por três séculos ele foi objeto de admiração, respeito e, sobretudo, temor. Os governantes do Ocidente e muitos dos seus súditos sabiam que foram

* Doutor em História Comparada pela UFRJ. Professor do Departamento de História, do Mestrado Profissional em Políticas Públicas/Departamento de Ciências Sociais e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá. Coordenador do Laboratório de Estudos Americanos, Africanos e Orientais (Leeao) e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnohistória (Laee/Tulha) da Universidade Estadual de Maringá.

os oficiais janízaros que comandaram o assalto final aos muros de Constantinopla, em 1453. E também sabiam que, contando com essa tropa de elite, por muito pouco, os otomanos não se apoderaram de toda a Hungria, em 1529, e abriram um corredor para uma possível invasão da Europa Centro-Occidental (VEIGA, 2006, p. 142-151, 180-192; GOODWIN, 2004, p. 56-74, 123-130). Canções populares, folhetos e livros não permitiam que isso fosse esquecido (Cf. WHEATCROFT, 2002).

Embora muitas coisas que os orientistas diziam e escreviam ficassem confinadas aos meios eruditos, seus achados mais amplos foram transferidos com regularidade para as revistas de divulgação, as enciclopédias e os manuais de história. Dessas atividades resultaram várias camadas semiológicas de representações dos escravos-soldados daquele que os europeus vinham chamando, desde a Época do Renascimento, de *Grande Turco*. Essa expressão indicava quer a crença muito disseminada de que o sultão exercia um poder discricionário absoluto, quer um sinônimo de corte metonímico para Império Otomano. Ela foi amplamente usada pelos letrados e pelos diplomatas europeus para descreverem, em particular, três monarcas – Mehmet II, Selim I e Suleiman – que marcaram o auge do Sultanato, entre meados do século XV e fins do século XVI (SHAW, 1996; FREELY, 2011). Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, as derrotas militares do Império, o controle cada vez mais ostensivo de suas atividades econômicas por empresários europeus e, principalmente, sua crescente incapacidade de influenciar a dinâmica da geografia política euroasiática fizeram com que o adjetivo em maiúsculas –*Grande* – desaparecesse. Agora, ele passou a ser apenas o *Turco* (Cf. VEIGA, 2006).

Partindo dessas observações gerais, a meta destas páginas é expor como alguns compêndios e enciclopédias de História publicados em países ocidentais ao longo do século XIX divulgaram caracterizações dos janízaros. A premissa sociológica mais ampla que as orientou foi a de que um certo quadro de valores, crenças e expectativas a respeito do passado, do presente e do futuro dos Estados Modernos – em particular no tocante aos atributos essenciais dos cidadãos – compartilhado pelos letrados europeus do oitocentos esteve subentendido naquelas caracterizações.¹ Para delimitar o tema, evoca-se a noção de

¹ Foi escolhido um número pequeno de obras conservadas em bibliotecas acessíveis pelo menos às classes médias. Utilizaram-se traduções portuguesas e espanholas, o que permitiu expandirem-se os escopos nacionais de seus leitores potenciais na época. Fez-se o mesmo com a bibliografia de apoio, desta feita pensando nos

estereótipo à qual adiciona-se um adjetivo: *nacional*. Polissêmica, como a maioria das expressões utilizadas nas Ciências Humanas, ela se presta a diversos debates a respeito de seus referentes empíricos (Cf. HARDING, 1974). Não é o caso, neste momento, de entrar nessa querela. Por isso, define-se operacionalmente o vocábulo-chave adotando-se o que disseram Roy Preiswerk e Dominique Perrot, responsáveis por um estudo minucioso feito em meados do século XX sobre livros didáticos de diversos países. Para eles, devemos entender *estereótipo* como

[...] um conjunto de traços que supostamente caracterizam ou tipificam um grupo em seu aspecto físico e mental e em seu comportamento. Este conjunto se distancia da “realidade” restringindo-a, mutilando-a e deformando-a. Quem utiliza um estereótipo, pensa que está a proceder a uma simples descrição. [...] (Porém), implanta nos fatos um modelo de uma realidade que eles não podem conter (PREISWERK; PERROT, 1979, p. 259).

Um estereótipo possui dois componentes centrais: a *simplificação* e a *generalização*. O primeiro significa que “[...] a realidade é simplificada não como resultado de um esclarecimento, mas à custa de elementos essenciais da compreensão” (PREISWERK; PERROT, 1979, p. 259). Quanto a isso, advirta-se que os estados psíquicos e as intenções latentes dos produtores dessas representações não têm importância para este estudo. O segundo componente indica que “[...] o estereótipo tende igualmente a englobar todas as unidades da categoria que pretende circunscrever a alguns traços” (PREISWERK; PERROT, 1979, p. 260). Há uma forte inclinação entre os usuários dessa noção de enfatizarem suas facetas negativas. Mas, essas qualidades são contingentes. Muitos estereótipos são favoráveis aos seres humanos que são por ele designados, ainda que, de um modo geral, somente em determinados espaços e ocasiões (VAN DEN BERGHE, 2000). Tais aspectos nos remetem ao cuidado com a percepção da historicidade dos enunciados estereotípicos. É preciso atentar para as suas mudanças, por assim dizer, adaptativas.

leitores potenciais deste estudo. Foi mantida a grafia dos nomes próprios tal como eles aparecem nas edições em castelhano consultadas, daí algumas discrepâncias que podem ser facilmente notadas. Note-se que este não é um estudo de História da Leitura ou de História do Livro. Portanto, as fontes (dicionários, enciclopédias e compêndios) foram utilizadas exclusivamente pelo que expressam em seus conteúdos textuais. Não foi dada atenção, pois isso pareceu secundário diante dos propósitos do artigo, aos aspectos materiais dos suportes textuais (desenho, composição gráfica, volumetria etc). Tampouco levantaram-se dados (por exemplo, nas declarações de tiragem) para efetuar um cálculo aproximado dos padrões (geográficos e sociais) de distribuição e consumo dessas obras. Isso seria possível apenas em alguns casos, o que não permitiria que se obtivessem conclusões estatisticamente relevantes. Trabalhou-se, enfim, com a pressuposição genérica de que as obras mencionadas expressavam opiniões, visões de mundo e projetos políticos e comportamentais grupais e não se limitavam apenas ao que pensavam os seus autores e os professores que adotavam os compêndios. Alguns dos livros citados foram encontrados em arquivos digitais (Internet Archive). Os demais foram consultados na Biblioteca Nacional, no Real Gabinete Português de Leitura e no Colégio Pedro II (Centro), no Rio de Janeiro.

Parâmetros ocidentais de estereotipagem de si e do outro

De acordo com Preiswerk e Perrot, “[...] no âmbito do estereótipo o matiz não tem lugar. O que é justo para o grupo o é *ipso facto* para o indivíduo” (PREISWERK; PERROT, 1979, p. 260). Todavia, assim como ocorre noutros planos das mentalidades e sensibilidades coletivas, também esses conjuntos de traços simplificadores e generalizadores podem sofrer correções, adições ou subtrações destinadas a manter sua vigência mais ampla. Seus efeitos e as maneiras como eles são interpretados também podem variar intensamente. São as mudanças adaptativas. Exemplos disso são certas apreciações ocidentais dos janízaros. Nos séculos XV e XVI, época em que a extrema violência dos soldados, dos conquistadores e dos inquisidores era aceita com bastante naturalidade, encontravam-se elogios à bravura, à maestria e à obstinação daqueles guerreiros, por mais que eles fossem temidos e odiados (HALE, 1973, p. 23-30). Duzentos anos depois, nenhuma daquelas qualidades compunha sua descrição dominante na Europa. Agora, eles eram tomados como o sinônimo perfeito de barbárie, os garantes do Despotismo (ITZKOWITZ, 1995).

Anexou-se o adjetivo *nacional* à noção de estereótipo em função da ideia trivial de que não foram somente os janízaros – e, por extensão, os turcos e os demais povos do Oriente Médio – que sofreram um processo de estereotipagem, mas também os próprios europeus. Quando faziam suas descrições, os escritores ocidentais estavam orientados por valores e expectativas vinculados ao que entendiam como o estado moral desejável para o bom funcionamento da *Civilização*. Ao longo do século XIX, esse termo ganhou direito de moradia nas falas cotidianas e nos esquemas de percepção do mundo das classes médias e altas de toda a Europa. Nos anos de 1830, o professor francês David Lévi Alvarès (1794-1870) observou que,

[...] é muito útil definir a palavra *civilização*, posto que se a emprega tão frequentemente na *história geral*. Tomada na acepção mais extensa, a civilização não é outra coisa que os diversos graus de perfeição física, moral e intelectual, pelos quais uma nação passa periodicamente para chegar à perfeição final; no significado mais limitado, é a tendência de um povo para a perfeição individual e social, adquirida por instituições convenientes. Noutros termos, *civilizar* é fazer um *cidadão*, é formar um *homem*; formar um homem é fazê-lo adquirir as qualidades que melhoram a sua natureza; adquirir essas qualidades é aperfeiçoar-se; tê-las todas é ser perfeito (LEVI, 1850, p. 17).

Para traçarem os caminhos que levavam ao melhoramento da natureza humana, homens como Alvarès tinham em mente esquemas bipolares: progresso *versus* decadência, modernização *versus* degeneração ou ordem liberal *versus* ordem despótica (Cf. MOSSE, 1997, p. 103-120, 141-156). Noutras palavras, ao produzirem relatos históricos eles escreviam, em grande medida, sobre o que não queriam que acontecesse às elites e às massas da Europa. No entanto, havia um fator mediador em seus discursos: eles estavam profundamente enraizados em seus próprios países, a conjumar amigos e inimigos ou povos desejáveis e povos indesejáveis. Assim, fabricavam *estereótipos nacionais* usando para isso a matéria-prima fornecida, especularmente, pelos estereótipos por eles cultivados dos povos da Ásia e da África. Essa não foi, por suposto, a única forma de fabricação de estereótipos nacionais contrastantes a que se dedicaram os intelectuais europeus. Dentro do seu próprio continente havia muita matéria-bruta para essas operações retóricas, posto que ressentimentos longevos entre os próprios europeus, muitas vezes estimulados pelo viés nacionalista/patriótico dos que escreviam sobre o passado, alimentavam fartamente as memórias coletivas (FERRO, 2009). Neste sentido, não era difícil mobilizar clichês que cristalizavam atributos conferidos a tais ou quais povos e espraizar preconceitos raciais, nacionais e regionais quase sempre adornados com elementos religiosos. Os compêndios escolares de história encarregam-se, com frequência, dessas tarefas (FERRO, 1994).

Muitas décadas de pesquisas acumuladas sobre ideias e ideologias asseveraram que, com raras exceções, os eruditos do Mundo Ocidental no século XIX não duvidavam de que a civilização em que viviam constituía o píncaro do curso natural da História. Alguns até podiam não gostar do modo como os efeitos do progresso tecnológico estavam a se fazer sentir, como aqueles intelectuais estadunidenses que, muito cedo, mostraram forte desconfiança da vida urbana cada vez mais dissociada das paisagens naturais (CHOAY, 1992). Outros até podiam reclamar do quanto a modernidade estava a abalar e, em muitos casos, a abolir costumes, valores, crenças e padrões de conduta tradicionais, que, a seu ver, deviam ser preservados para que o senso de comunidade não desaparecesse (NISBET, 1987). Porém, mesmos esses eram cada vez mais minoritários. Predominava uma perspectiva eufórica, pouco complacente com os demais povos do Globo. Em 1812, um influente médico e antropólogo francês expressou essa ideia com todas as letras ao afirmar que,

[...] a raça branca europeia tornou-se o centro da civilização e a rainha do universo, pelo qual se estende em numerosas colônias; e em todas as

partes manifestou-se muito superior as demais raças humanas em inteligência e em valor, até aos chineses, que, gozando da civilização mais antiga conhecida no globo, tiveram tempo de aperfeiçoar todas as artes e todas as ciências, porém, não o fizeram. O europeu adquiriu, pois, uma alta preponderância, ainda que em menor número nas diferentes nações nas quais se estabeleceu. Seus governos, mais moderados e favoráveis ao desenvolvimento do engenho e da civilização, permitem que desprendam muito mais suas faculdades. Essa inquietação e esse espírito empreendedor e audaz são também o que o leva por toda a terra (VIREY, 1821, p. 228).

Julien Joseph Virey (1775-1846) foi professor de História Natural no Ateneu Real de Paris, membro da Sociedade dos Observadores do Homem e um dos primeiros formuladores de explicações raciais sistemáticas da história do gênero humano. Os livros e os verbetes que ele escreveu em profusão tornaram-no muito conhecido e influente na França e na Península Ibérica. Suas ideias sobre as origens e as divisões das raças humanas foram divulgadas nos semanários ilustrados e ganharam destaque nas enciclopédias de conhecimentos gerais consultadas nas bibliotecas públicas e nas residências dos mais afortunados (DORTIER, 2009). Algo semelhante ocorreu com seu compatriota, o historiador e arqueólogo François Lenormant (1837-1883), que, em 1869, enalteceu “[...] a raça branca, a raça superior e dominadora, à qual não se poderia negar a primazia sobre as demais e a glória de ser a Humanidade por excelência” (citado por VILANOVA Y PIERA, 1872, p. ccxliii-ccxliv). Os autores de compêndios decerto subscreveriam sem pestanejar essas opiniões. Do que eles duvidavam mesmo era das possibilidades de *regeneração* dos povos de outros continentes por meio de sua *ocidentalização*. Além do mais, não estavam dispostos a pôr em questão a centralidade moral e cívica do Estado Nacional. Naquela época, disse um historiador de nossos dias,

[...] o eurocentrismo, associado à ideia de civilização, definia um inventário de valores que, sendo europeus por excelência, definiam por sua vez a civilização: unidade nacional, centralização, obediência à lei, industrialização, obra pública, democracia representativa; tais critérios eram usados para proporcionar uma sorte de código para ter direito a entrar na História (FERRO, 2003, p. 96-97).

Essas convicções gerais estavam fortemente marcadas pelos confrontos diplomáticos e militares frequentes entre países da Europa e o Império Otomano. Havia, ainda, elementos mais imediatos de experiência histórica que afetavam igualmente as percepções coletivas, ao menos no tocante às elites dirigentes e às classes médias urbanas, grupos que tinham acesso a informações regulares sobre o mundo em que viviam. Um

desses elementos foi o destino trágico dos corpos de janízaros, massacrados em junho de 1826 durante o reinado de Mahmud. Esse episódio impressionou os europeus por muito tempo, não somente por sua carga dramática e brutal, mas porque eles ainda guardavam na lembrança as notícias semelhantes vindas da província otomana do Egito, em 1811, quando o governador Muhammad Ali ordenou o massacre da guarda mameluca, cujos oficiais reagiam às reformas militares por ele intentadas. Marie-Joseph de Geramb, um sacerdote trapista francês, não estava exagerando ao escrever, reportando uma viagem que fizera ao Cairo, vinte e dois anos depois do que ele chamou de “carnificina dos mamelucos”, que “[...] é impossível que meus leitores não tenham conhecimento de um fato tão atroz, que ressoou de um ao outro extremo da Europa” (DE GERAMB, 1851, p. 212).

Apreciações europeias do Acontecimento Auspicioso

Desde finais do século XVIII, os janízaros vinham perfilando com os *mulás*, as autoridades religiosas tradicionais, no combate as tentativas reformadoras de diversos sultões. Não queriam competir com um novo e mais moderno modelo de exército e, muito menos, perder os privilégios que adquiriram por três centenas de anos. Todavia, suas derrotas diante dos russos e, especialmente, sua incapacidade de bloquear o processo de independência da Grécia, ao longo da década de 1820, diminuiu-lhes fortemente o pouco prestígio que ainda angariavam. Eles já não contavam com o apoio dos aristocratas cortesãos e, tampouco, dos comerciantes (SHAW, 1996, p. 96-100). De acordo com o historiador e romancista britânico contemporâneo Jason Goodwin,

[...] os janízaros tinham alienado esses aliados poderosos e mesmo a gente comum da capital estava contra eles. Os janízaros roubavam os lojistas. Eles extorquiam dinheiro por proteção. Eles abriram suas próprias lojas e forçaram os fornecedores a trazer-lhes estoques a preços ridiculamente baixos. (...) Não respeitavam ninguém. Eles estendiam seus mantos no chão na Páscoa e faziam os cristãos pagarem para passar sobre eles. Eles cantavam canções obscenas acompanhadas de guitarra enquanto passava a procissão de sexta-feira em direção à mesquita, e roubavam o cádi de Istambul. Vigilantes janízaros incendiavam as residências, saqueavam-nas e estupravam as mulheres. (...) Mais do que tudo, eles eram incapazes de lutar, mesmo quando a batalha não era travada contra exércitos modernos, mas contra rebeldes infiéis na Grécia (GOODWIN, 2004, p. 377).

Então, no dia 15 de junho de 1826, pretextando combater comandantes janízaros insurretos que se recusavam a aceitar um decreto que instituíam um novo exército, o sultão Mahmud mobilizou soldados que lhe eram fiéis e desencadeou uma repressão brutal contra

a velha tropa. Os quartéis dos janízaros foram bombardeados e milhares deles foram dizimados pelas ruas da capital e de várias cidades das províncias. As notícias desse evento provocaram entre os europeus uma busca de explicações que nos oferece uma vereda para a compreensão do maquinário de estereotipagens e crenças então vigentes. Em 1841, os editores de um almanaque de variedades cultas destinado aos espanhóis explicaram que, já no final do século XVIII, a elite dirigente do Império começara a perceber que era preciso reformar as tropas para que um novo tempo de vitórias fosse possível. Na época, o sultão Selim III também teria percebido que faltava aos turcos o desejo de se adaptarem ao presente. Escreveram os castelhanos:

[...] para qualquer um que possua alguns conhecimentos na ciência das nações, é evidente que a decadência da Turquia nasce de seu retrocesso em civilização, ao passo que as demais nações foram progressivamente se adiantando e, por esta razão, Selim, compreendendo sua posição, procurou combater as preocupações e dissipar a ignorância dos vassalos. Mas isso não era fácil (EL INSTRUCTOR, 1841, p. 10).

Os janízaros – eles prosseguiram explicando – estavam acomodados ao poder e resistiam violentamente aos intentos de mudanças, destronando os governantes reformadores e aprofundando o terror que exerciam sobre a sociedade.

[...] Sem embargo, estes soldados, tão rebeldes e desmandados no serviço doméstico, eram os defensores valentes de seu país e, embora sempre dispostos a insurreições, formavam a melhor salvaguarda para o império contra os ataques de qualquer potência estrangeira. Por esta razão, o sultão queria reformá-los e não destruí-los, mas seus esforços foram vãos e, considerando que o país tinha outros meios de defesa e que nunca poderia adiantar-se em sua civilização interior enquanto este bando turbulento tivesse em suas mãos as rendas do império, Mahmud, com a cooperação de alguns dos seus próprios chefes, projetou sua destruição total. [...] Tão bem concertado estava o plano que mesmo nos pontos mais remotos do império muito poucos escaparam. Dizem que, em Constantinopla, não sobrou nenhum vivo, e o nome janízaro, tão freqüente e tão temível há pouco tempo, soa hoje muito raras vezes na boca do muçulmano ou do cristão (EL INSTRUCTOR, 1841, p. 11).

Algum tempo antes, escritores portugueses narraram vivamente as notícias que se acumularam em dez anos. Embora longa, vale a pena citar uma passagem substancial da matéria pelo que ela tem de típico em termos da retórica jornalística de seu tempo. Segundo eles,

[...] há poucos anos, esta milícia orgulhosa se preparou para nova revolução, quando viu que Mahmud a pretendia reduzir à subordinação;

mas o sultão tinha resolvido levar a cabo seus intentos. Começou por tirar de cada companhia de janizaros 150 homens, que deviam ser disciplinados por officiaes egypcios; introduziu também novas evoluções, sob pretexto de que isto nada mais era do que renovar alguns exercícios usados no tempo de Solimão. Estando-se, porém, os janizaros preparando certo dia para uma parada geral, um porta-estandarte gritou: “Isto parece muito com o exercício russo!” Produziram estas palavras um effeito instantaneo. Os janizaros marcharam immediatamente para o palacio real, que saquearam; depois espalharam-se pela cidade, comettendo as mais espantosas violencias. Reuniram-se a final no Atmeidan (praça extensa, que desde tempos remotissimos era o logar onde os costumavam reunir) em numero de 20:000, onde lhes offereceram o perdão se se aquietassem, offerta que eles receberam com altissimo despreso. Ordenou então o sultão que fossem exterminados. Atiraram-lhes com artilharia até matarem uns 4:000; lançaram-lhes fogo aos quarteis, e qualquer delles que encontravam, matavam-no. Finalmente, os membros desta poderosa corporação foram mettidos á espada, ou desterrados, e a Porta ficou livre de uma milícia, que era um cancro no coração do estado (O PANORAMA, 1838, p. 397).

O *Acontecimento Auspicioso (Vaka-i Hayriyye)*, como lhe chamaram os dirigentes otomanos, foi muitas vezes apresentado como um ato de condensação histórica, um divisor de águas entre uma Turquia fanaticamente agarrada aos velhos costumes e crenças e uma Turquia que desejava se modernizar e se parecer menos consigo mesma e mais com a Europa Ocidental. Um historiador de então escreveu: “[...] em 1826 o sultão Mahmud conseguiu destruir os Janízaros, que estavam acostumados a depor e a estrangular os sultões que os desgostavam” (LEVI, 1850, II, p. 399). Esses soldados, que por séculos foram o resumo do Império Otomano, eram, agora, apontados como guardiões de um passado que insistia em não passar, que só iria embora pela força das armas. Disse, noutra oportunidade, um conhecido liberal católico italiano:

[...] as reformas na Turquia podem ser administrativas e militares, mas não morais. Mahmud fora educado nas ideias maometanas, e assim, ao ver sucumbir seu império, deduziu que a civilização europeia era melhor por ser mais forte, e abraçou-a, já velho e sem conhecê-la. Por conseguinte, tratou de reformar primeiro o exército (...) [e] pensou em tomar cento e cinquenta homens de cada uma das companhias de janízaros para formar com eles regimentos à europeia. Os officiaes, tendo ouvido a declaração do mufti, juraram obedecer a essa ordem, e receberam fuzis, baionetas e uniformes; mas em breve viraram as marmitas e caíram a sangue e fogo contra Constantinopla. Mahmud, obstinando-se em seu plano, chamou com urgência tropas e artilharia de todas as partes, desfraldou a túnica do profeta, e, bendizendo a multidão que se agrupou em torno dela, mandou atacar os janízaros reunidos no hipódromo. Então, foram destruídos com o ferro, com o fogo e a metralha os que eram defensores e terror do império; quatro mil morreram naquela noite e foram arrojados ao Bósforo; vinte e cinco mil pereceram nos dias sucessivos com suas mulheres e filhos que

foram degolados ou afogados, e o nome dos janízaros foi abolido. Deste modo acreditava o Turco fazer-se europeu (CANTU, 1857, p. 566).

Uma análise, mesmo que breve, de como compêndios de história e outras obras de divulgação do século XIX apresentaram aos leitores ocidentais os soldados escravos islâmicos não pode negligenciar esses fatores circundantes. Desde que o Império Otomano começou a sofrer fortes revezes militares e a ter, por conseguinte, reduzida sua capacidade de expansão, a partir de finais do século XVII, os janízaros deixaram de ser vistos como eram nos séculos XV e XVI. De fato, da Tomada de Constantinopla, em 1453, até a derrota para uma coligação de Estados da Cristandade diante dos portões de Viena, em 1683, os turcos pareciam prestes a chegar ao âmago da Europa e a conquistá-lo avassaladoramente. Naquele longo período, asseverou-nos um redator espanhol, eles foram

[...] a praga e o terror da Europa. Seu inquieto fanatismo lhes levava a estender suas conquistas por todas as partes com tanta energia e com mais crueldade do que os sarracenos de modo que, em fins do século XVIII, o império turco compreendia uma porção considerável da Europa, da África e da Ásia (EL INSTRUCTOR, 1841, p. 10).

Nos termos ainda mais eloquentes do padre Charles-Joseph Drioux,

[...] depois da tomada de Constantinopla, os Turcos fizeram tremer todo o Ocidente. Esta nação feroz e nova, dotada do gênio da guerra, superior a todos os perigos, e sob o mando de um príncipe que inaugurara seu reinado com um feito de armas mui glorioso, estava muito apropriada para inspirar terror. Parecia que o islamismo se renovara em seu seio e que produzira crentes acesos por um ardor de proselitismo não menos fogoso do que o dos primeiros discípulos de Maomé. Por tal razão, nada os detinha (DRIOUX, 1858, p. 420).

Agora já não era mais assim. A historiografia orientalista amadureceu durante um século XIX que aprendera a escarnecer do *Turco*. Seria surpreendente se esses valores não estivessem presentes no modo como as tropas de elite formadas por escravos foram abordados pelos eruditos e pelos divulgadores. Na realidade, essa literatura não apenas absorveu e se fez organizar muitas vezes por tais valores como os reproduziu fartamente, dando-lhes um suporte de saber cultivado. No esteio de uma tendência intelectual que se interessava, há muito tempo, pelas razões da decadência dos povos e dos Estados, não foram poucos os historiadores que se dedicaram a procurar as causas mais remotas do declínio turco (Cf. HERMAN, 1998, p. 23-54). Podiam concordar com o presbítero francês, segundo o qual “[...] os turcos otomanos são uma das tribos cáspias que regeneraram o

islamismo, substituindo nações desgastadas e envelhecidas por uma raça nova e vigorosa” (DRIOUX, 1858, p. 409). Mas, também aceitariam de bom grado o diagnóstico das mazelas otomanas feito na década de 1830 por Cesare Cantu. O polímata italiano resumiu em poucas linhas uma combinação bem curiosa de vários vetores interpretativos que estavam a se consolidar. Ele disse:

[...] atualmente não restam do Corão mais do que a poligamia, a corrupção dos empregados, a anarquia dos poderes, o terror geral, a esterilidade do solo, e a degradação da raça turca, de sorte que essa deve inevitavelmente sucumbir. Quem é capaz de prever a que a sucederá? [...] A força material e o fanatismo, principais fontes de robustez do império, e que o sustentou até agora, são atualmente os únicos elementos dos quais poderia lançar mão a regeneração; mas, como repugnam demasiado a nossa sociedade civilizada, cada vez se manifesta e tem que manifestar-se mais a decadência desse império (CANTU, 1857, p. 553).

Neste sentido, era forte a opinião de que, os mesmos fatores que, em fins da Idade Média, teriam dinamizado a raça/nação turca, operavam, agora, para degenerá-la. Em meados do século XIX, espalhou-se pelo Ocidente uma frase do déspota russo, Nicolau I, para quem o Turco, era “o homem doente da Europa” (VEIGA, 2006, p. 332 e ss.). Ela não demorou a se tornar uma espécie de clichê explicativo da situação do Império Otomano tal como era enxergada a partir dos interesses das potências europeias. Assim, ao comentar as derrotas militares sofridas por Istambul, em que pesem as iniciativas de mudanças tomadas por Mahmud, um autor francês de livro didático escreveu que, tamanho era o estado de decadência que “[...] a Turquia ficara reduzida à impotência e a civilização europeia lhe havia dado morte” (LEVI, 1850, II, p. 393). Já no começo do século XX, esse diagnóstico geopolítico expresso em fala médica aparecia como um dado inquestionável de realidade em diversos manuais de história. Em um século no qual se cultivou ao extremo o prazer intelectual das analogias biológicas, o mesmo tratamento foi dado ao tema específico dos soldados escravos do sultão, os janízaros. Eles eram considerados em duas fases, uma época de vitalidade e uma época de degeneração. Em ambas, porém, eram tomados a partir de suas diferenças profundas com os europeus.

Origens, rumos e degradação da tropa de elite do Grande Turco

Como surgiram os janízaros? Quais eram seus principais atributos? Deram-se muitas respostas a essas perguntas ao longo do século XIX. Mas todas eram pautadas pela centralidade que se conferia à sua condição estrangeira. Jovens cativos que não tinham laços

familiares, desterrados e submetidos à autoridade de um senhor que lhes assegurava a subsistência e recompensas materiais e simbólicas. As descrições dos soldados escravos e dos seus senhores eram quase invariavelmente feitas tendo por medida as características esperadas dos guerreiros do Mundo Moderno, ou seja, o ardor patriótico, o nacionalismo e, sobretudo, a fidelidade ao Estado. Assim, um professor de Heidelberg, autor de um livro didático traduzido em diversas línguas, escreveu que, em meados do século XIV,

[...] os sucessores de Osman melhoraram a milícia turca e o sistema de guerra, formando dos jovens cativos mais robustos e educados no Islamismo uma infantaria escolhida que, desligada de todo vínculo de pátria e até de família, alimentada, equipada e organizada cuidadosamente, se consagrasse apenas ao triunfo do Islamismo e do Sultão (WEBER, 1853, II, p. 386).

Foi neste mesmo diapasão que um escritor francês explicou, em 1841, o sucesso da tropa de janízaros. Segundo ele,

[...] a ideia que presidiu essa instituição, uma das mais vigorosas e sem contradição que jamais existiram, atesta a profunda política de seu fundador; [...] esses homens endurecidos, estranhos a todo espírito de família e animados por seu proselitismo ardente, estavam dominados exclusivamente pelo espírito de corpo: causas todas que, ao tempo de sua instituição, concorreram para dar-lhes uma superioridade decisiva sobre as tropas cristãs, colocadas em condições absolutamente opostas (DEGOUVE-DENUNCQUES, 1850, p. 652).

Houve também quem procurasse associar ao processo de formação da tropa dos janízaros algo que suscitasse a ideia de uma espécie de busca pelo prazer sádico intrínseca aos mandatários turcos. Joaquín Bastús explicou que os soldados escravos do sultão compuseram “[...] um corpo de tropas, o primeiro e mais antigo de todos os que se organizaram na Europa depois da destruição do império romano e ainda o mais renomado por suas várias fortunas”. Seu criador, Amurates I (Murad I), tinha por meta “[...] formar soldados duros, aguerridos e leais” (BASTÚS, 1861, III, p. 29). Até aqui, nada os diferenciava, pelo contrário, das tropas de elite que, no futuro, seriam parte essencial de qualquer Estado. Porém, não bastava afirmar a semelhança. O importante parecia ser mostrar aos leitores evidências de que o caráter dos turcos nada tinha a ver com o dos civilizados europeus. Assim, prosseguiu o educador espanhol,

[...] a dureza de sua educação, o desprezo de todo risco e o sangue frio com que viam ou cometiam os maiores horrores chegaram a agradar tanto a Amurates que, um dia, cortando com sua cimitarra uma manga de sua

túnica ou camisa de musselina, cingiu-a sobre a cabeça de um dos janízaros. Desta ação teve origem o uso de um pedaço de musselina que os janízaros levavam como distintivos no turbante (BASTÚS, 1861, III, p. 29).

A condição de estrangeiros dos escravos-soldados, bem como sua alienação diante das sociedades sobre as quais exerciam seu poder, eram elementos que chamavam especial atenção dos eruditos. Não é difícil entender as razões disso. Naquele tempo, quase todos os países da Europa Ocidental estavam consolidando seus processos de formação de identidades nacionais, ou seja, definindo atributos dos cidadãos que, precisamente por portá-los, deviam, doravante, devotar uma lealdade ao Estado-Nação que se sobrepusesse às velhas fidelidades religiosas, aldeãs e familiares (VILAR, 1979; THIESSE, 2001). Estrangeiros pela insegurança, estrangeiros porque não pertenciam ao mesmo grupo racial ou nacional daqueles povos sobre os quais exerciam sua capacidade coercitiva, os escravos-soldados contrariavam as expectativas de unidade nacional que se alastraram por todos os países europeus ao longo do século XIX. Ademais, eram guerreiros de mancheia, escolhidos, como estampou uma revista lusitana, entre “os mais robustos e bem apessoados” jovens balcânicos (O PANORAMA, 1838, p. 397). Um historiador alemão explicou que o sultão Murad

[...] formou com formosos mancebos, que arrebatou aos cristãos, um corpo de tropas regulamentadas de doze mil homens chamado corpo ou regimento dos Janízaros, os quais foram sempre vitoriosos em todos os encontros, pelo espaço de duzentos anos, e defenderam, por espaço de outros duzentos anos e mais, o império da Turquia contra a desde então aperfeiçoada tática dos europeus; porque Murad se propôs que os Janízaros não conhecessem nem preferissem outra ocupação que a das armas e que consagrassem sua vida a ele e à guerra; para cujos efeitos adotou oportunas bem calculadas medidas. A ele deviam o mantimento, a roupa e o soldo; a ele as ricas recompensas que recebiam; ele construiu quartéis para sua moradia e lhes proibiu de casarem (MÜLLER, 1843, III, p. 163).

Esses comentários didáticos também funcionavam em seu texto como uma sorte de preâmbulo para um pequeno discurso em favor da unidade nacional e do cultivo das virtudes marciais. Segundo ele, quando os janízaros estavam em sua plenitude,

[...] na Europa não existia, então, qualquer instituição dessa natureza; o valor dos alemães não sabia dobrar-se ao necessário jugo da disciplina, e os numerosos bandos da França e da Itália eram mais formidáveis ao país e aos que serviam do que aos inimigos; o objeto principal da ciência militar era descobrir uma armadura impenetrável e a boa infantaria só existia nos Alpes ou nas serras da Espanha, entre povos pobres que, sendo demasiado

pobres para obterem armas, se viam obrigados a suprir a falta delas por meio da agilidade, da destreza e do valor (MÜLLER, 1843, III, p. 163-164).

Mas, tudo mudara no século XVIII. E tudo parecia rumar definitivamente para a derrocada no começo do século XIX. O professor von Müller tinha fortes convicções a este respeito, assim como as tinha sobre os caminhos da unificação de uma Alemanha que, naquele momento, ainda estava amarrada ao passado feudal, submetida ao arbítrio de príncipes dissolventes, fracionada em múltiplas cidades e pequenos Estados, e nutrindo, como ele disse, “[...] justos e constantes receios” das Potências Continentais, a França, a Rússia e o Império Austro-Húngaro (MÜLLER, 1843, IV, p. 323). Uma situação inversa àquela do Império dos Turcos, centralizado sob a batuta de sultões que, embora tivessem homens e dinheiro, careciam, em sua opinião, de “[...] inteligência e habilidade para fazerem bom uso deles” (MÜLLER, 1843, IV, p. 323). Não que a este faltassem recursos. De acordo com o lente germânico, o dinheiro ainda sobrava, mas brotava somente dos impostos escorchantes cobrados sobre todos os súditos acima dos 14 anos. Não havia mais conquistas ou surpresas militares e os homens eram grandes problemas, tão grandes quanto a falta de capacidade para governar do monarca. Quanto a este, ele disse:

[...] suas legiões, formadas em épocas de glória, e suas milícias, acostumadas a uma vida dura e meio selvagem, porém mais favorável ao desenvolvimento das forças físicas que a vida metódica das constantemente aquarteladas tropas europeias, se fizeram respeitar e temer enquanto conservaram seu valor e sua adesão primitiva ao Islã. Persuadidos de que a vontade de Deus dispõe da vitória e da morte e confiantes na proteção do Profeta, os soldados muçulmanos se precipitam com irresistível fúria sobre os infiéis, que devem sua superioridade tão-somente à artilharia, que os turcos não sabem manejar com tanta destreza. Uma vez rechaçados, renovam o ataque com igual vigor e ainda combatem fugindo, até que se persuadem de que a fortuna se declarou contra eles, e neste caso se dispersam em desordem (MÜLLER, 1843, IV, p. 328-329).

Contudo, isso ficara no passado. Agora, na Turquia, reinavam a instabilidade, os “[...] contínuos distúrbios que perturbam o sossego e a ordem pública”, a permanente ameaça de uma “total dissolução” (MÜLLER, 1843, IV, p. 328-329). Tudo agravado pelo fato de que os notáveis méritos castrenses dos turcos teriam dado lugar a uma profusão de erros. Os caprichos da corte se faziam valer sobre o espírito marcial. As recompensas, segundo ele, se distribuíam como favores, não como reconhecimento de méritos, algo fundamental para um Império que se construiu como potência militar. O declínio dos janízaros, último grande exemplar dos soldados-escravos dos Estados islâmicos, parecia-lhe

explicável não por razões internas ao corpo guerreiro, mas pelas características deletérias do governo da Sublime Porta, “[...] mais pernicioso por sua indolência e pelos excessos que permite, que por seu despotismo e os vícios de suas disposições” (MÜLLER, 1843, IV, p. 330).

Construção nacional, valores patrióticos e tendências centrífugas

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o *Grande Turco* parecia, cada vez mais, pequeno e frágil aos olhos de muitos europeus. As derrotas militares se tornaram constantes e ele sofria a ação corrosiva dos nacionalismos e dos regionalismos. Muitos governadores de províncias e notáveis locais exerciam a autoridade de fato em suas regiões, disputando abertamente o poder com os comandantes dos contingentes de janízaros e com os burocratas enviados por Istambul. Várias áreas ao norte do Mar Negro e no Cáucaso tinham sido tomadas pela Rússia, que assegurou suas posições mediante tratados que humilhavam a elite dirigente otomana. A parte norte da Sérvia, a Transilvânia e a Bucovina foram perdidas e a fronteira do Império no Danúbio voltou ao que era na época de Suleiman, o Magnífico. Ademais, os Impérios Russo e Austríaco obtiveram grande sucesso ao conseguirem autorização para zelarem pelos súditos cristãos do sultão. Com isso, “[...] deram passo ao futuro predomínio europeu nos assuntos internos otomanos durante o século XIX” (SHAW, 1996, p. 91).

Nos primeiros trinta anos do século XIX, o quadro se agravou. Foi preciso enfrentar as ambições napoleônicas, as ameaças militares persas e russas, as ações autonomistas de Mehmet Ali na província do Egito e a vigorosa novidade político-religiosa constituída pelos wahabitas na Arábia. No sul dos Bálcãs, surgira o Reino da Grécia, após uma luta virulenta pela independência, que galvanizara corações e mentes românticas na Europa (CAMPANINI, 2007). Para o professor Johann von Müller e para muitos dos seus contemporâneos, o que se via era

[...] a indiferença com que se abandonam as mais formosas comarcas do orbe, cunha da civilização e das ciências, ao furor e à destruidora raiva dos rebeldes, às vexações de uma turba de desenfreados soldados, à opressora cobiça dos despóticos paxás, e, em suma, as inumeráveis calamidades que necessariamente resultam de uma autoridade vacilante e débil (MÜLLER, 1843, IV, p. 330).

Aos seus olhos, essas eram lições que seu país devia aprender, para que não corresse o risco de se unificar tendo por base um governo centrado num mandatário que considerasse que é suficiente se fazer obedecer pela força das suas arbitrariedades. O que

estava a acontecer na Turquia, ele disse, era um “[...] exemplo espantoso (...) da miserável condição do homem, quando vive em um Estado onde não existe opinião pública que sirva para refrear o despotismo, ou, ao menos, para obriga-lo a proceder com moderação e decoro” (MÜLLER, 1843, IV, p. 330). Têm-se nestas palavras uma expressão bem clara do que significava para muitos intelectuais do século XIX estudar e compreender o Império Otomano. Uma viragem completa diante das premências e intenções dos letrados da Época Moderna. Agora, já não se temia o sultão, já não se invejava o fausto de sua corte, já não se achava que era preciso mobilizar as tropas da terra e do céu para combatê-lo. Os europeus estavam cada vez mais convencidos de que somente a *ocidentalização* (ou, como também diziam, a *modernização*) poderia adiar o irremediável declínio do Império Turco, opinião que alguns segmentos minoritários das elites burocráticas e militares médio-orientais compartilhavam (MERAD, 2001).

Ao defenderem reformas que aproximassem o Estado Otomano das pautas sócio-políticas das suas monarquias liberais, os europeus não estavam manifestando profundas e sinceras preocupações com a sobrevivência do sultão e de seus súditos, inclusive os súditos inclinados a adotar posturas ocidentalizantes. Seus objetivos eram bem outros. Um deles era evitar que a dissolução otomana facilitasse o avanço do Império Russo em direção ao coração da Europa. Outro era assegurar que as rotas comerciais do Oriente Médio não fossem afetadas por guerras civis e de independência que poderiam levar anos para acabar. Outro, ainda, era abocanhar as fatias que pudessem dos domínios da Casa de Osman nos Bálcãs e na Ásia (SIMMS, 2015). Essas metas, que continham germes de conflagrações entre potências imperialistas, precisavam ser bem compreendidas e acatadas pelos cidadãos europeus, os mesmos que, em caso de guerras dentro ou fora do continente, seriam mobilizados em nome da pátria e dos bons propósitos da civilização e da cristandade em combate contra a barbárie. E também precisariam ser explicadas a seus descendentes. Essa era uma das funções dos livros didáticos.

Para concluir

Independente do lado em que estiveram ou ainda estavam, para os europeus, as guerras napoleônicas e as que se lhes seguiram foram profundamente traumatizantes. A

carnificina generalizada assumira proporções jamais vistas. Essas guerras, disse há muitos anos um historiador norte-americano,

[...] puseram em confronto centenas de milhares de homens ao invés de dezenas de milhares; e estas hostes estavam armadas com os produtos da tecnologia existente no momento, desenvolvida no século XVIII, mas nunca até então produzida e posta em funcionamento em semelhante escala. Povos inteiros partiram para matar e serem mortos, sob o mando de generais cujo conceito de vitória ou de aniquilamento ultrapassava em muito os limites de toda a imaginação anterior (FORD, 1973, p. 273).

Havia, portanto, bons motivos para desconfiar dos militares e dos governos que sobre eles pretendiam se apoiar. Tão bons que a maioria dos Estados da Europa Ocidental conseguiu realizar a proeza de evitar a guerra de grande magnitude por muitas e muitas décadas. Nesta conexão, o que se desejou sugerir aqui foi a simples ideia de que os janízaros foram expostos e julgados em função do que os intelectuais europeus esperavam de seus governantes e de seus soldados. Os homens cultos não queriam conviver com homens que se sentiam gratificados pela violência. Não queriam ver a paz dos negócios perturbada pelos vetores hereditários de brutalidade que eles identificavam nos orientais. Pôr o Oriente em perspectiva e demarcar todas as diferenças possíveis era, então, um meio de expurgar tais ameaças. É claro que o partido da guerra não desaparecera na Europa. Longe disso. Mas seus adeptos preferiram investir a maior parte dos seus recursos retóricos na defesa do heroísmo colonialista no Terceiro Mundo até que não foi mais possível evitar a Grande Guerra (HOBBSAWM, 2003).

Neste estudo exploratório, os livros didáticos e os dicionários foram entendidos simplesmente como fontes, valorizando-se um dos sentidos fortes que lhes davam os escritores do século XIX, isto é, como recolhidas de lições que um determinado grupo (um povo, uma nação, um segmento da sociedade) deve aprender. Em suma: os compêndios de história produzidos no Ocidente ao longo do século XIX foram escritos, entre outros motivos, para fortalecerem sentimentos de identidade nacional e expressarem as provas tidas por cabais da superioridade da Civilização Ocidental sobre o resto do Globo. Daí que muitos tenham se transformado em paióis ideológicos. Os fatos neles armazenados davam e continuam dando bastante munição para quem pretende explorar o ressentimento contra os grupos e os indivíduos considerados excessivamente diferentes e atizar os temores persecutórios. As tragédias balcânicas da década de 1990 mostraram o quanto os estereótipos religiosos e nacionais estribados em relatos históricos muito seletivos e de

veracidade duvidosa da história do Império Otomano, em particular, da história dos janízaros, ainda são capazes de empolgar corações e mentes para o esforço bélico e o intento genocida (DENITCH, 1995).

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS

BASTÚS, J. *Diccionario Histórico Enciclopédico*. Barcelona: Librería de Alou Hermanos, 1861, Tomo III.

CANTU, C. *Historia Universal*. Madrid: Imprenta de Gaspar y Roig, Editores, 1857, Tomo VI.

DE GERAMB, M. J. *La Tierra Santa, el Monte Líbano, el Egipto y el Monte Sinaí*. Barcelona: Librería Religiosa, 1851.

DEGOUVE-DENUNCQUES. Jenizaros. In: CHAO, E. et al (Comps.). *Diccionario de la Política*. Madrid: Imprenta de Tomas Fortanet y Ruano, 1850, p. 652-653.

DRIOUX, Presbítero [C-J]. *Compendio de la Historia de la Edad Media*. Paris: Libreria de Rosa, Bouret y Cia., 1858.

El Instructor, o repertorio de Historia, Bellas Letras y Artes. Londres: Ackermann y Compañía, 1841, Tomo VIII.

LEVI, A. *Nuevos Elementos de Historia General*. Barcelona: Imprenta e Librería de la Sra. Viuda é Hijos de Mayol, Editores, 1850, Tomo I.

LEVI, A. *Nuevos elementos de Historia General*. Barcelona: Imprenta y Libreria de la Sra. Viuda e Hijos de Mayol Editores, 1850, Tomo II.

MÜLLER, J. von. *Historia Universal*. Boston: Little y Brown, 1843, Tomo III.

MÜLLER, J. von. *Historia Universal*. Boston: Little y Brown, 1843, Tomo IV.

O Panorama: Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa, Volume II, n. 85, 15 de dezembro de 1838 (“Principio e fim dos Janiazaros”, p. 397).

VILANOVA Y PIERA, J. (Dir.). *La creación, historia natural*. Barcelona: Montaner y Simon, 1872, Tomo I.

VIREY, J. J. *Tratado historico y fisiológico completo sobre la generacion, el hombre y la muger*. Madrid: Imprenta de Antonio Martinez, 1821.

WEBER, G. *Compendio de la Historia Universal, hasta 1848*. Madrid: Imprenta de Diaz y Compañía, 1853, Tomo II.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- BOSWORTH, E. Ejércitos del Profeta. In: LEWIS, B. (Comp.). *El mundo del Islam: Gente, Cultura, Fe*. Barcelona: Destino, 1995, p. 240-270.
- CAMPANINI, M. *História do Médio Oriente*. Lisboa: Teorema, 2007.
- CHOAY, F. *O Urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DELACAMPAGNE, C. *História da escravatura*. Lisboa: Texto & Grafia, 2013.
- DENITCH, B. *Nacionalismo y etnicidad: la trágica muerte de Yugoslavia*. México: Siglo XXI, 1995.
- DORTIER, J-F. Um projecto fundador: Sociedade dos Observadores do Homem. In: DORTIER, J-F. (Dir.). *Uma História das Ciências Humanas*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009, p. 19-29.
- FERRO, M. *Falsificações da História*. Lisboa: Europa-América, 1994.
- FERRO, M. *Diez Lecciones Sobre la Historia del Siglo XX*. México: Siglo XXI, 2003.
- FERRO, M. *O Ressentimento na História*. Alfragide: Teorema, 2009.
- FORD, F. *Europa, 1780-1830*. Madrid: Aguilar, 1973.
- FREELY, J. *O Grande Turco: Sultão Mehmet II, conquistador de Constantinopla e senhor de um Império*. São Paulo: Grua, 2011.
- GOODWIN, J. *Los señores del horizonte: historia del Imperio Otomano*. Madrid: Alianza, 2004.
- HALE, J. R. *La Europa del Renacimiento, 1480-1520*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- HARDING, J. Estereotipo. In: SILLS, E. (Ed.). *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid: Aguilar, 1974, Vol. 4, p. 491-493.
- HERMAN, A. *La Idea de decadencia en la Historia Occidental*. Buenos Aires: Editorial Andres Bello, 1998.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ITZKOWITZ, N. El império otomano. In: LEWIS, B. (Comp.). *El mundo del Islam: Gente, Cultura, Fe*. Barcelona: Destino, 1995, p. 319-334.
- MERAD, A. *El Islam contemporáneo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- MOSSE, G. *La Cultura Europea del Siglo XIX*. Barcelona: Ariel, 1997.
- NISBET, R. *Conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987.
- PREISWERK, R. y PERROT, D. *Etnocentrismo e Historia*. México: Nueva Imagen, 1979.

SHAW, S. El Imperio Otomano y la Turquía moderna. In: GRUNEBAUM, G. (Comp.). *El Islam II*. México: Siglo XXI, 1996, p. 15-136.

SIMMS, B. *Europa. A luta pela supremacia: de 1453 aos nossos Dias*. Lisboa: Edições 70, 2015.

THIESSE, A-M. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, 2001, p. 7-23.

VAN DEN BERGHE, P. Estereótipo. In: CASHMORE, E. (Org.). *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000, p. 193-196.

VEIGA, F. *El Turco: diez siglos a las puertas de Europa*. Barcelona: Random House Mondadori, 2006.

VILAR, P. Sobre nações e nacionalismo. *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro, n. 13, 1979, p. 98-111.

WHEATCROFT, A. *Infiéis: o conflito entre a Cristandade e o Islã, 638-2002*. Rio: Imago, 2002.